

BEING A WOMAN ACCORDING TO CLARICE LISPECTOR: AN APPRENTICESHIP BETWEEN JOURNALISM AND LITERATURE

Resumo

O presente estudo propõe-se a analisar a forma como Clarice Lispector desenvolveu sua reflexão sobre a condição da mulher através da escrita literária e jornalística. Apesar de ter constantemente rejeitado o rótulo de feminista, o conjunto da obra da escritora brasileira parece traçar um percurso de libertação dos padrões sociais: uma aprendizagem do “ser mulher” que prescinde de qualquer conceito de gênero.

Referindo-se principalmente às reflexões de Judith Butler e de Pierre Bourdieu, tal aspecto será aprofundado através da análise das páginas femininas, publicadas sob pseudônimos entre os anos 50 e 60, e o romance *Uma aprendizagem ou Livro dos prazeres*; textos muito diferentes entre si, mas que oferecem interessantes perspectivas em relação ao “ser mulher” segundo Clarice Lispector.

Palavras-chave

Clarice Lispector; literatura e jornalismo; páginas femininas; *Uma aprendizagem ou O livro dos prazeres*.

Abstract

This study aims to analyse the way in which Clarice Lispector developed her reflection on the condition of women through literary and journalistic writing. Although she has constantly rejected the label of feminist, the works of the Brazilian writer seems to trace a path of liberation from social standards: an apprenticeship of “being a woman” that dispenses with any concept of gender.

Referring mainly to the reflections of Judith Butler and Pierre Bourdieu, this aspect will be deepened through the analysis of the “women’s pages” published under pseudonyms between the 50s and the 60s, and the novel *An apprenticeship or the book of pleasures*; texts that are very different from each other but that offer interesting perspectives on “being a woman” according to Clarice Lispector.

Keywords

Clarice Lispector; literature and journalism; women’s pages; *An apprenticeship or the book of pleasures*.

Referencia: De Crescenzo, L. (2021). Ser mulher segundo Clarice Lispector: uma aprendizagem entre jornalismo e literatura. *Cultura Latinoamericana*, 34(2), pp. 192-209. DOI: <http://dx.doi.org/10.14718/CulturaLatinoam.2021.34.2.8>

SER MULHER SEGUNDO CLARICE LISPECTOR: UMA APRENDIZAGEM ENTRE JORNALISMO E LITERATURA

Luigia De Crescenzo*
Università degli Studi Roma Tre

DOI: <http://dx.doi.org/10.14718/CulturaLatinoam.2021.34.2.8>

No mês de setembro de 1941, quando era ainda uma estudante da Faculdade Nacional de Direito do Rio de Janeiro, Clarice Lispector publicou na revista universitária, *A Época*, a enquete *Deve a mulher trabalhar?*. Através dos depoimentos dos colegas de curso, a estudante de direito apresenta as razões a favor ou contra a complexa questão do papel da mulher na sociedade coeva e das mudanças que estavam ocorrendo sobretudo no âmbito do trabalho e da educação feminina. A jovem Clarice não declara explicitamente sua posição, mas coloca a questão «no sábio e prudente meio termo» (Lispector, 2012, p. 72) não oferecendo respostas e abrindo um espaço de reflexão sobre a realidade social da época, como se pode observar no seguinte trecho:

Tornou-se velho o problema da mulher, embora date apenas da Grande Guerra, tanto foi ele visado e estudado. Deve ou não deve ela estender suas atividades pelos vários setores sociais? Deve, ou não, voltar suas vistas também para fora do lar? De um lado – apresenta-se-nos ela seguindo apenas seu eterno destino biológico, e de outro – a nova mulher, escolhendo livremente seu caminho.

* Doutora em Estudos Euro-Americanos pela Universidade Roma Tre e pesquisadora de Literatura Portuguesa e Brasileira no Departamento de Línguas, Literatura e Culturas Estrangeiras da mesma universidade. Os seus estudos concentram-se principalmente no âmbito da literatura portuguesa e brasileira dos séculos XIX e XX, com particular referência à literatura feminina. É autora de vários ensaios e artigos científicos entre os quais a monografia *Clarice Lispector. Corpi disciplinati, corpi (dis)obbedienti* (Roma, Nova Delphi Academia, 2019). E-mail: luigia.decrescenzo@uniroma3.it

Este artigo faz parte de um projeto da Università degli Studi Roma Tre.



De um lado, a casa, compreendendo filhos e marido, exigindo abnegação constante. De outro, a evolução dos costumes e dos ideais, lançando-a no conhecimento de si mesma e de suas possibilidades. (Lispector, 2012, p. 71)

Embora a jovem estudante não tome partido, suas palavras parecem questionar, de forma indireta, os valores tradicionais que atribuíam à mulher o papel exclusivo de esposa e mãe, enfatizando a importância da *evolução dos costumes e dos ideais* para que a mulher pudesse ser mais livre e desenvolver a própria autoconsciência. Ao comparar a imagem da *nova mulher* àquela ligada a uma concepção mais conservadora, Clarice dá sutilmente a entender sua opinião, esboçando, de certo modo, aquele peculiar «procedimento da dissimulação» (Gotlib, 2013, p. 343) que constituirá um elemento essencial das narrativas da futura escritora. Dessa forma, o texto publicado em *A Época* constitui uma interessante premissa para analisar a forma como Clarice desenvolveu sua reflexão sobre a condição da mulher através da escrita literária e jornalística; nesse sentido, é importante salientar que a perspectiva clariceana nunca assumiu um caráter ideológico nem se tornou numa posição declaradamente feminista, mas contestava a ótica hierarquizante e a univocidade do modelo patriarcal propondo o reconhecimento da alteridade e da multiplicidade de ser mulher através da construção de um caleidoscópico universo feminino. Como afirma Lucia Helena:

A obra de Lispector – ao falar sobre a condição da mulher e ao inscrevê-la como sujeito da estória e da história – não se limita à postura representacional de espelhar tal qual o mundo patriarcal e denunciá-lo, como se fora uma narrativa de extração neonaturalista. Nela se constrói, isto sim, um campo de meditação (e de mediação) em que se mergulha fundo no questionamento das relações entre a literatura, a realidade e a sociedade (Helena, 2010, p. 96).

Nos seus textos, Clarice não denuncia abertamente a situação de opressão e subordinação das mulheres na sociedade, nem delineia uma imagem feminina estática e fixa; pelo contrário, através do jornalismo e da literatura, a autora de *Perto do Coração Selvagem* traça um caminho de evolução que leva suas personagens – e, num certo sentido, ela mesma – a pôr em causa os preconceitos e os vínculos que condicionam suas existências. Nos textos de Clarice Lispector, as circunstâncias externas representam meros aspectos factuais de uma realidade mais complexa e difícil a ser captada pela lógica e pela



linguagem humana pois não se trata simplesmente de mimese ou de um «espelhamento ‘selvagem’ [...] entre autoria feminina e feminismo» (Helena, 2010, p. 95), mas sim da configuração de um espaço de reinterpretação dos padrões sociais e de busca de uma dimensão mais autêntica do ser para além do ideal de gênero concebido como construção social. De acordo com Luce Irigaray, de facto:

Qualquer teoria do “sujeito” é sempre considerada apropriada para o “masculino”. Ao sujeitar-se a ela, a mulher renuncia inconscientemente à especificidade de sua relação com o imaginário. Em outras palavras, ela se coloca na situação de ser objetificada – como “feminino” - pelo discurso. Ela mesma então se re-objetifica quando afirma identificar-se “como” um sujeito masculino. [...] A subjetividade negada à mulher, esta é sem dúvida a hipoteca com a qual toda constituição irredutível do objeto é garantida: o objeto da representação, do discurso, do desejo. (Irigaray, 2010, p. 129)¹

Como já observamos, no caso de Clarice Lispector não se pode falar de um engajamento feminista *stricto sensu*, todavia, sua escrita parece delinear uma trajetória de ressignificação do lugar simbólico do sujeito feminino prescindindo das oposições e do binarismo estabelecidos cultural e socialmente. Nesse sentido, as figuras femininas que habitam a ficção e, mais em geral, a escrita clariceana parecem encarnar os vários estágios de um processo de “aprendizagem” do ser no mundo que entrecruza vida e arte, literatura e jornalismo, ultrapassando a demarcação entre qualquer gênero e confluindo na profunda reflexão existencial e expressiva da autora. As palavras “masculinas” através das quais é definido culturalmente o sujeito feminino não permitem – segundo afirma também Irigaray – o reconhecimento de sua individualidade e negam a possibilidade de sua afirmação fora dos padrões patriarcais, constituindo, na perspectiva clariceana, um obstáculo àquela tentativa, tematizada sobretudo na sua produção literária, de «sair do inautêntico para iniciar a busca de si mesmos» (Nunes, 2009, p. 126). A reflexão sobre a condição feminina conjugase, portanto, à incessante busca expressiva de Clarice ao questionar a relação entre linguagem e realidade, palavra e coisa, pois na obra da escritora, como afirma Benedito Nunes (2009, p. 126), «a linguagem [...] envolve o próprio objeto da narrativa, abrangendo o problema da existência, como problema da expressão e da comunicação».

1. O trecho foi citado da edição italiana. A tradução para o português é da autora do artigo.



A questão da linguagem constitui, de facto, o cerne de uma escrita que problematiza a capacidade das palavras e, por conseguinte, da literatura de captar o sentido autêntico da existência, pois, de acordo com Nunes (2009, p. 127), «à medida que falamos de nós mesmos, procurando expressar-nos, as palavras, dizendo de mais ou de menos, formam uma casca verbal, que circunda com seus significados o âmago da personalidade, acabando por se converter numa imagem provisória, porém inevitável, do nosso próprio ser».

Ao tentar expressar o incognoscível da experiência humana, de facto, Clarice subverte as formas estabelecidas fazendo a linguagem dobrar-se sobre si mesma como se, em lugar de escrever o texto, o «*desescrevesse*, conseguindo um efeito mágico de refluxo da linguagem que deixa à mostra o “aquilo”, o inexpressado» (Nunes, 2009, p. 132); este processo, definido por Benedito Nunes (2009, p. 132) «técnica de desgaste», parece esvaziar as palavras dos sentidos convencionais rompendo aquela “casca verbal” que envolve a existência. O trabalho sobre a linguagem é, com efeito, uma constante na obra de Clarice que pode ser lida, segundo Nádía Battella Gotlib, como «a construção e o percurso em direção a uma libertação»² através de uma escrita à procura de formas expressivas em contínua transformação; à reiteração de temas e motivos corresponde um movimento de renovação da linguagem que, ao estruturar uma nova percepção da realidade, desmistifica as convenções e os lugares comuns cristalizados na cultura e nas relações sociais. Nesse sentido, como sugere Vilma Arêas (2005, p. 15), «é como se Clarice tivesse escrito apenas um livro durante toda a vida», pois, sua reflexão existencial atravessa toda sua obra, configurando uma coerência temática através da fragmentação das formas e questionando o real e os limites de sua representação.

Por isso, no presente estudo, a análise da configuração de um espaço de visibilidade para a mulher na obra clariceana não é limitada aos textos literários, mas segue “o percurso de libertação” traçado pela autora, de forma embrionária, já no texto publicado na revista universitária e nas páginas femininas (assinadas com pseudônimos), superando assim as dicotomias de (qualquer) gênero. É dessa forma que se pretende ressaltar, então, a força desestabilizadora da escrita de Clarice em relação ao sistema simbólico que atribui aos homens e às mulheres identidades conformadas com «padrões reconhecíveis de

2. Breve excerto da conferência apresentada durante o encontro *Clarice Lispector: sopros de vida* realizado no âmbito do programa *Diálogos Necessários* (30 de agosto de 2020). Vídeo na íntegra disponível na plataforma #CulturaEmCasa: <https://culturaemcasa.com.br/video/nadia-batella-gotlib-evando-nascimento-e-joao-cezar-de-castro-rocha-dialogos-necessarios/>



inteligibilidade do gênero» (Butler, 2003, p. 37), pois, como explica Judith Butler:

The symbolic is understood as the normative dimension of the constitution of the sexed subject within language. It consists in a series of demands, taboos, sanctions, injunctions, prohibitions, impossible idealizations, and threats — performative speech acts, as it were, that wield the power to produce the field of culturally viable sexual subjects: performative acts, in other words, with the power to produce or materialize subjectivating effects. (Butler, 1993, p. 106)

Segundo Butler – na esteira da perspectiva filosófica de Michel Foucault – o sujeito sexuado é produzido a partir de uma rede de poder e saber que qualifica o “ser humano” (Cfr. Butler, 1993, p. 8) através da repetição de normas e práticas discursivas de gênero as quais, por sua vez, realizam as condições para que a subjetivação seja possível e inscrevem os corpos no âmbito da inteligibilidade social; portanto, a identidade de gênero não é preexistente à linguagem mas é construída por e a partir de práticas discursivas. Por isso, a filósofa associa o gênero ao conceito de performatividade, pois, a naturalização da norma deriva da repetição de uma série de atos que disciplinam as possíveis formas pelas quais a sexualidade se exprime, materializando nos corpos aquilo que nomeia. Nas palavras de Butler:

“Sex” is always produced as a reiteration of hegemonic norms. This productive reiteration can be read as a kind of performativity. Discursive performativity appears to produce that which it names, to enact its own referent, to name and to do, to name and to make. Paradoxically, however, this productive capacity of discourse is derivative, a form of cultural iterability or rearticulation, a practice of *resignification*, not creation *ex nihilo*. Generally speaking, a performative function to produce that which it declares. As a discursive practice (performative “acts” must be *repeated* to become efficacious), performatives constitute a locus of *discursive production*. No “act” apart from a regularized and sanctioned practice can wield the power to produce that which it declares. Indeed, a performative act apart from a reiterated and, hence, sanctioned set of conventions can appear only as a vain effort to produce effects that it cannot possibly produce. (1993, p. 107)

Baseada principalmente nas reflexões formuladas por J. L. Austin e J. Searle no âmbito da *Speech Acts Theory*, a performatividade de



gênero implica a repetição ritualizada de atos – não apenas linguísticos – que produzem os efeitos que expressam, modelando específicas maneiras de ser em relação ao sexo. Como afirma Butler: «o gênero é a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser» (Butler, 2003, p. 59).

A identidade de gênero não é, então, a manifestação de uma essência biologicamente determinada ou, simplesmente, uma construção cultural, mas o produto da reiteração de atos e atitudes que definem os papéis e as características dos dois sexos, estabilizando o binarismo e a hegemonia da norma masculina e heterossexista. A reprodução de padrões designados como masculino e feminino não é, naturalmente, um ato voluntário, mas é fruto da interiorização de discursos e práticas sociais por efeito das quais o indivíduo fica “preso” numa rede de imposições (nem sempre evidentes) que moldam sua conduta, gestos e ações, limitando inevitavelmente sua liberdade. Daí que essas particulares disposições ou *habitus* – segundo a definição de Pierre Bourdieu – funcionem como «matrizes das percepções, dos pensamentos e das ações de todos os membros da sociedade, como transcendentais históricos que, sendo universalmente partilhados, impõem-se a cada agente como transcendentais» (Bourdieu, 2012, p. 45), legitimando as relações de domínio e, por conseguinte, a assim chamada violência simbólica instituída, de acordo com o sociólogo francês:

por intermédio da adesão que o dominado não pode deixar de conceder ao dominante (e, portanto, à dominação) quando ele não dispõe, para pensá-la e para se pensar, ou melhor, para pensar sua relação com ele, mais que de instrumentos de conhecimento que ambos têm em comum e que, não sendo mais que a forma incorporada da relação de dominação, fazem esta relação ser vista como natural; ou, em outros termos, quando os esquemas que ele põe em ação para se ver e se avaliar, ou para ver e avaliar os dominantes (elevado/baixo, masculino/feminino, branco/negro etc), resultam da incorporação de classificações, assim naturalizadas, de que seu ser social é produto. (Bourdieu, 2012, p. 47)

Os *habitus*, masculinos e femininos, correspondem a uma construção simbólica do «mundo social e suas arbitrárias divisões» (Bourdieu, 2012, p. 17) indissolúvelmente ligada ao corpo e, em particular, às diferenças anatômica entre os sexos que estabelecem e, de certa forma, justificam as relações de dominação; no caso específico da



mulher, a experiência prática do corpo faz com que “o ser feminino” seja sempre um “ser-percebido”, pois, o corpo é «incessantemente exposto à objetivação operada pelo olhar e pelo discurso dos outros» (Bourdieu, 2012, p. 79). A dimensão corporal da mulher é, com efeito, objetificada por injunções e prescrições que são apreendidas, inconscientemente, «através de uma disciplina incessante, relativa a todas as partes do corpo» (Bourdieu, 2012, p. 38) e que estruturam formas de ser socialmente reconhecidas. Nesta perspectiva, esta adesão mimética, e involuntária, a um “modelo feminino” naturaliza a hierarquia entre os gêneros porque:

A dominação masculina, que constitui as mulheres como objetos simbólicos, cujo ser (*esse*) é um ser-percebido (*percipi*), tem por efeito colocá-las em permanente estado de insegurança corporal, ou melhor, de dependência simbólica: elas existem primeiro pelo, e para, o olhar dos outros, ou seja, enquanto objetos receptivos, atraentes, disponíveis. Delas se espera que sejam “femininas”, isto é, sorridentes, simpáticas, atenciosas, submissas, discretas, contidas ou até mesmo apagadas. E a pretensa “feminilidade” muitas vezes não é mais que uma forma de aquiescência em relação às expectativas masculinas, reais ou supostas, principalmente em termos de engrandecimento do ego. Em conseqüência, a dependência em relação aos outros (e não só aos homens) tende a se tornar constitutiva de seu ser. (Bourdieu, 2012, p. 82)

A dependência do olhar do outro torna-se, portanto, numa atitude introjetada pela mulher constituindo uma marca de sua posição subordinada dentro do discurso masculino, ou de sua exclusão de uma certa ordem do discurso. Nesse sentido, revela-se o esquema de coerções pelo qual atua a performatividade de gênero, pois, através da definição – ou denominação – do feminino, cria um sujeito socialmente inteligível, um “ser humano”, relegando na dimensão do abjeto os indivíduos que não correspondem aos padrões estabelecidos.

É, justamente, a partir desse enquadramento teórico que o presente trabalho pretende interpretar alguns textos – literários e jornalísticos – de Clarice como uma reescrita subversiva das «ficções reguladoras que consolidam e naturalizam regimes de poder convergentes de opressão masculina e heterossexista» (Butler, 2003, p. 59); uma contranarrativa esboçada numa constelação de diferentes maneiras de ser mulher que aqui serão analisadas principalmente a partir da “apropriação” de um gênero estandardizado como as colunas femininas e também através da figura de



Lóri, protagonista do romance *Uma aprendizagem ou O livro dos prazeres* (1969). Como observa Lucia Helena, de facto:

sua narrativa processou a crítica da tecnologia de *gender* que urdiu as imagens da terra-mãe e da mulher confinada aos limites do lar e da família, mas também confinada aos poderosos limites da própria incapacidade de descentrar-se dos símbolos internalizados. Ao destabilizar os estereótipos de *gender* e as formas de articulação do poder, instalados pelo patriarcado, Lispector também rasura as bases do essencialismo. (Helena, 2010, p. 93)

Embora Clarice Lispector não se considerasse uma jornalista, por um longo período de sua vida, colaborou, de várias formas, com jornais e revistas brasileiras, produzindo um vasto e diversificado repertório de textos. A relação de Clarice com a imprensa foi um tanto controversa: por um lado, constituía um obstáculo ao desejo da escritora de dedicar-se exclusivamente à literatura, mas por outro, serviu de apoio à sua produção literária. O contato com o jornalismo acompanhou e até antecedeu sua carreira literária e foi justamente através de periódicos e revistas que Lispector conseguiu transmitir seus textos literários a um público mais amplo de leitores e, de certa forma, superar a relutância a publicar suas obras manifestada por algumas editoras.

A atuação de Clarice na imprensa começou, em 1940, com a publicação do conto *Triunfo* no semanário *Pan*, seguido por outras publicações em jornais e revistas como o periódico literário *Dom Casmurro* e o jornal *Diário do Povo*. No início dos anos 40, foi contratada como repórter pela Agência Nacional, órgão do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) do governo Getúlio Vargas e, no mesmo período, colaborou com *A Época*, revista da Faculdade Nacional de Direito, publicando os artigos *Observações sobre o fundamento do direito de punir* e *Deve a mulher trabalhar?*. Ao mesmo tempo, a jovem Clarice trabalhou com o grupo editorial *A Noite*, publicando contos, traduções, reportagens e entrevistas, inicialmente no semanário *Vamos Ler!* e depois no jornal *A Noite*.

Numa época em que a maioria das mulheres ainda estava relegada ao papel de esposa e mãe, Clarice foi um exemplo de emancipação e independência feminina, tornando-se numa das primeiras mulheres a trabalhar como repórter no Brasil (Nunes, 2006, pp. 64-65). No âmbito da colaboração com *A Noite*, Lispector obteve o registro profissional de jornalista e, através do mesmo grupo editorial, conseguiu publicar seu primeiro romance, *Perto do coração selvagem* (1943), que



tinha sido rejeitado anteriormente pela editora José Olympio. Logo depois da estreia literária, a escritora viajou com o marido diplomata, Maury Gurgel Valente, ficando primeiro na Europa e sucessivamente nos Estados Unidos e continuando a escrever contos publicados no suplemento “Letras e Artes” do jornal *A Manhã* e os romances *O lustre* (1959), *A cidade sitiada* (1949) e *A maçã no escuro*, publicado em 1961, quando ela já tinha voltado definitivamente ao Brasil após o divórcio.

Em 1952, Clarice empreendeu uma nova experiência no jornalismo brasileiro escrevendo textos para as páginas femininas de alguns periódicos que assinou sob pseudônimos. Tendo em consideração o caráter frívolo geralmente atribuído a esse tipo de colunas, os objetivos práticos dos assuntos tratados e a simplicidade do estilo desta produção, tal escolha pretendia evitar, provavelmente, qualquer influência negativa sobre sua nascente carreira como escritora. A imprensa feminina, de facto, ocupava – e, de certa forma, ainda ocupa – um lugar secundário em relação à imprensa em geral, não sendo, em certos casos, sequer encarada como jornalismo, mas simplesmente como diversão. Como explica Buitoni (1990, p. 11): «a imprensa em geral, que visa o conjunto do público e não um sexo determinado, seria o verdadeiro jornalismo, lugar onde se lida principalmente com o fato político. No pensamento de muitos [...] a imprensa feminina resume-se em revistas de moda, culinária, fotonovelas, enfim, distração, lazer consumo, para não dizer alienação».

Apesar da leviandade dos temas e do tom desses textos, o desenvolvimento da imprensa feminina é um fenômeno complexo e que apresenta particular relevância do ponto de vista histórico e social, contribuindo, até certo ponto, de forma ambígua ao processo de conscientização da mulher e à construção de um certo ideal de feminilidade. Se, por um lado, a circulação de jornais e revistas femininas – iniciada na Inglaterra a partir do final do século XVII e no Brasil no século XIX – tem progressivamente garantido um espaço de visibilidade e expressão para as mulheres, tornando-se, sobretudo durante o século XIX, num dos veículos privilegiados das várias reivindicações feministas, pelo outro, a função didática inerente a esse tipo de publicações tem consolidado, no curso do tempo, padrões comportamentais e estéticos que engendram uma imagem estereotipada da mulher. Nesse sentido, a imprensa feminina, sendo uma «imprensa definida pelo sexo» (Buitoni, 1990, p. 7), torna viável a performatividade de gênero assinalada por Butler, pois, através de dicas sobre moda e beleza, vida doméstica e afetiva, as páginas femininas encorajam as mulheres a



se identificarem com um certo padrão feminino, influenciando seus gostos, escolhas e comportamento.

Lispector se dedicou a este âmbito essencialmente em três momentos: em 1952, foi autora da coluna “Entre mulheres” do jornal *Comício* sob o pseudônimo de Tereza Quadros; de 1959 a 1961, Clarice tornou-se Helen Palmer para o *Correio da Manhã*, ocupando-se da seção “Feira de utilidades” na coluna “Correio feminino”; finalmente, de 1960 a 1961, como *ghost writer* da atriz Ilka Soares, colaborou com o tablóide *Diário da Noite* escrevendo para a coluna “Só para mulheres”.

Clarice transformou os conselhos de suas colunas femininas numa espécie de espaço de experimentação e exercício literário: certas histórias, personagens e situações tornaram-se tema de contos e até mesmo romances, como no caso, por exemplo, do texto propondo remédios contra baratas publicado, inicialmente, em *Comício* sob o título *Meio cômico, mas eficaz...* e, posteriormente, em *Diário da Noite* como *Receita de assassinato (de baratas)*. Este texto foi reelaborado no conto *A quinta história*, publicado na coletânea *A legião estrangeira* (1964) e provavelmente serviu de inspiração para o romance *A paixão segundo G.H.* (1964).

Nas suas páginas dirigidas às mulheres, através das inversões de sentido típicas de sua escrita, Clarice transforma o cotidiano de donas de casa, esposas e mães “ideais” numa dimensão na qual a inteligência, sensibilidade, astúcia e o charme feminino representam poderes quase sobrenaturais.

Lispector, sem se denominar “feminista,” adotou postura de resistência às imagens femininas de uma sociedade proselitista. Em sua “desordem midiática,” inspirada nas leituras que fez de Simone de Beauvoir, Katherine Mansfield, Virginia Woolf e Rosamond Lehmann, entre outras, a colunista apresentou a sua leitora carioca um modelo de mulher contrário ao divulgado pelos manuais de beleza e comportamento femininos [...] em que a mulher é medida pela sociedade por sua eficiência doméstica, conjugal e física. (Nunes, 2019, p. 16)

Embora suas colunas se conformem, de forma geral, com os parâmetros desse tipo de produção jornalística, no entanto, Clarice assumiu uma postura “subversiva”, convidando as mulheres a desenvolver suas habilidades e potencial. Como sugere Ilka Soares/Clarice numas de suas ‘receitas’ para pintar paredes: «Por incrível que pareça, você



é dona dos instrumentos necessários. O que falta mais? Um pouco de ousadia e vontade de se divertir» (Lispector, 2008, p. 53). Para a escritora, portanto, a leviandade dos temas propostos nas seções femininas não constitui uma limitação, mas se revela congenial àquele «procedimento de dissimulação» que caracteriza a escrita clariceana e através do qual cria «uma combinação de ingredientes que dão a impressão de que há uma coisa, quando, na realidade, há outra. Dessa forma, não se trata de uma simples página feminina, como tradicionalmente o gênero vem sendo considerado, com o objetivo de apenas e levemente distrair, desviando as atenções de uma consciência mais séria, corajosa, participante, responsável» (Gotlib, 2013, p. 343).

Essa estratégia narrativa subversiva, subjacente ao projeto estético e literário de Clarice, estende-se, portanto, às colunas femininas, fazendo com que literatura e jornalismo convirjam num único caminho. Nesse sentido, também o uso dos pseudônimos parece ampliar os significados dos textos, pois, ao adotar as máscaras de Tereza Quadros, Helen Palmer ou Ilka Soares, Clarice Lispector disfarça suas verdadeiras intenções, ou seja, tornar a mulher ciente de suas potencialidades para além das qualidades consideradas aceitáveis pela sociedade. De acordo com Nunes (2006, pp. 164-165):

Ela não subverte o padrão da época, que prevê o culto à beleza feminina, a técnica da conquista, a busca do amor verdadeiro realizável somente através do casamento e da felicidade apenas encontrada no lar. Senão, haveria transgressão, e a identificação com a leitora (ainda que simuladamente) não poderia acontecer. A colunista segue o modelo desse tipo de mídia – a que reproduz o mundo em que maridos e filhos são os objetos do desejo feminino – e, como quem nada quer, insere outros discursos que permitam à leitora questionar o que é ser mulher nesse espaço limitado em que atua.

A escritora, como uma conselheira confiável, fornece sugestões relativas à limpeza doméstica, à culinária, à educação dos filhos e aos cuidados aos maridos, porém, não deixando de lado recomendações para aquelas mulheres que «trabalham fora» (Lispector, 2006, p. 19) e para «as que desejam um emprego» (Lispector, 2008, p. 47) às quais, como Helen Palmer, aconselha um prudente equilíbrio: «não se mostre excessivamente desembaraçada, querendo forçar uma intimidade ridícula» nem mesmo «se apresente com vestidos provocantes, excessivamente pintada, muitas joias, dando a impressão mais de uma moçinha leviana que de uma auxiliar» (Lispector, 2008, p. 47).



As sugestões relativas à beleza, assunto crucial na imprensa feminina em geral, não induzem as mulheres a conformar-se com certos cânones estéticos, mas enfatizam a importância da cura de si mesmas e da proteção da saúde. Como no caso deste “Segredo de beleza”, revelado por Helen Palmer às leitoras do *Correio feminino*:

Há muitos conselhos para aumentar a beleza. Uns dizem respeito à pele seca, outros aos cuidados com o cabelo, mas nenhum fala, ou pelo menos poucos falam das grandes vantagens de uma atitude otimista para com a vida. O otimismo, a alegria, o riso franco são os melhores auxiliares de beleza sem sombra de dúvida.

A mulher que deseja um método simples de conservar a juventude, entre os cuidados com a pele, o cabelo e a silhueta, deve incluir os cuidados com o espírito. A alegria, o entusiasmo pelo minuto que passa são mais importantes que muitos tubos de cremes.

Experimente e verá como a fórmula da alegria lhe ajudará muito a se sentir jovem e feliz. Não falo num riso apenas externo, convencional, que quando muito lhe aumentará o ríctus da boca, mas uma atitude saudável perante a vida, um desejo de ser útil e dar felicidade aos que a cercam. (Lispector, 2006, p. 26)

Segundo Helen Palmer/Clarice Lispector, o otimismo e uma atitude positiva representariam, então, os verdadeiros segredos da beleza, melhorando a própria vida e aquela dos outros, pois, uma boa aparência deveria sempre corresponder à beleza interior. Como ressalta Aparecida Maria Nunes no seu fundamental estudo da produção jornalística de Clarice, a coluna “Feira de utilidades” tinha sido criada pela Pond para divulgar, subliminarmente, seus produtos de beleza, por isso, o destaque atribuído ao bem-estar do espírito em vez da valorização da eficácia dos ‘tubos de cremes’ poderia ser interpretado como a tentativa de Clarice Lispector de incutir em seus leitores uma postura não conformista. Numa sociedade como aquela dos anos 50 e 60, caracterizada pelo desenvolvimento da economia de consumo e pela vigência de um sistema de valores que impunha às mulheres a abnegação total e a renúncia de suas próprias aspirações em favor da família, a exortação para cuidar primeiro do próprio bem-estar interior poderia ser lida como uma espécie de solução para o que Betty Friedan definiu, em seu ensaio *The feminine mystique* (1963), como «O problema sem nome», ou seja:



uma insatisfação, uma estranha agitação, um anseio de que ela começou a padecer em meados do século XX, nos Estados Unidos. Cada dona de casa lutava sozinha com ele, enquanto arrumava camas, fazia as compras, escolhia tecido para forrar o sofá, comia com os filhos sanduíches de creme de amendoim, levava os garotos para as reuniões de lobinhos e fadinhas e deitava-se ao lado do marido, à noite, temendo fazer a si mesma a silenciosa pergunta: « É só isto?». (Friedan, 1971, p. 16)

A inquietante pergunta que angustiava as donas de casa, as esposas e as mães aparentemente satisfeitas com a própria vida revelava, com efeito, a condição de opressão das mulheres, as quais encarnavam, inconscientemente, padrões morais e regras comportamentais não compatíveis com seus desejos e suas expectativas. Um problema que se apresentava, porém, sem nome, porque, como já observamos, as práticas e os discursos sobre a feminilidade são naturalizadas, desde sempre, por um ideal normativo apreendido social e culturalmente e interiorizado pelas mulheres.

Por isso, ao enfatizar a importância do bem-estar interior, as páginas femininas de Clarice trazem à tona uma questão que não tinha, na época, a devida importância constituindo um esboço de uma reflexão desenvolvida amplamente na sua produção literária. Apesar de sua simplicidade, esses textos revelam, como afirma Nádia Battella Gotlib:

um desmontar de clichês a respeito dos conceitos de feminilidade, atrelados a certos comportamentos tradicionais congelados no conformismo. Pois a jornalista-escritora Clarice, mostrando-se fiel a uma proposta de postura profissional diante dos modelos disponíveis, questiona as próprias páginas, virando do avesso o gênero jornalístico que aí – já de modo fértilmente insubordinado – cultiva. (Nunes, 2006, p. 12)

À luz dessas observações, é possível afirmar que literatura e jornalismo representavam para Clarice duas faces do mesmo processo criativo. Embora Lispector não gostasse de escrever para jornais por causa do ritmo frenético que tal atividade exigia, a produção jornalística se revelou muito profícua do ponto de vista literário. Os textos publicados em revistas e periódicos permitiram-lhe experimentar novas técnicas narrativas, reelaborar os temas constantes de suas obras e redefinir seu papel como escritora. Como explica Vilma Arêas (2005, p. 39):



crônicas e romances, livros ou capítulos funcionam como vasos comunicantes, os textos fluem do jornal para o livro e vice-versa, são repetidos no jornal, às vezes aspeados, como se fossem citações de outro autor.

Acho que essa espantosa falta de cerimônia não deixa de ter interesse, pois sinaliza com muitos anos de antecedência, pelo menos entre nós, o lugar ambíguo de grande parte da ficção contemporânea, que manipula com suposta eficácia os lugares comuns da modernização, invocando sempre os grandes princípios da arte. Por outro lado, podemos conjecturar que a mescla [...] aponta a dificuldade de sobreviver ou “ganhar a vida” para uma autora intuitiva, que só podia ser dissidente do ritmo massacrante dos tempos.

Emblemáticas, nesse sentido, são sobretudo as crônicas publicadas entre 1967 e 1973 no *Jornal do Brasil* que aproximaram Clarice de seus leitores, oferecendo também elementos para refletir sobre a criação literária. Nas crônicas, com efeito, Clarice fala sem a máscara da ficção, expressando sentimentos e pensamentos que derivam de seu dia-a-dia e que, portanto, são fruto de uma íntima e pessoal reflexão sobre o mundo. Como declara precisamente na crônica intitulada *Ser cronista*: “à medida que escrevia para aqui, ia me tornando pessoal demais, correndo o risco daqui em breve de publicar minha vida passada e presente” (Lispector, 1999, p. 113).

Essa atitude em relação à escrita foi o resultado de uma transformação da literatura de Clarice ocorrida sobretudo depois da publicação de *A paixão segundo G. H.* e a partir de *Uma aprendizagem ou O livro dos prazeres* (1969), um romance que marcou o início de uma nova fase definida, justamente, «realismo novo» (Lispector, 1998, p. 126). Essa obra, definida por Arêas como «um romance surpreendentemente malgrado» (Arêas, 2005, p. 27), torna patente, do ponto de vista formal e na evolução da protagonista, Lóri. aquele caráter subversivo da escrita clariceana, menos evidente nos textos anteriormente comentados.

Uma aprendizagem ou O livro dos prazeres é, de facto, a narração de um percurso de libertação da mulher dos modelos e das normas que definem sua feminilidade e seu lugar no mundo, descobrindo uma dimensão mais autêntica da existência e expressando o desejo de «estar viva através do prazer» (Lispector, 1998, p. 91). Inicialmente, Lóri parece encarnar a imagem estereotipada da mulher que tenta seduzir o homem através das atitudes consideradas como peculiaridades do charme feminino, porém, é através do confronto com o outro que ela descobre a inautenticidade de sua existência:



Vestiu um vestido mais ou menos novo, pronta que queria estar para encontrar algum homem, mas a coragem não vinha. Então, sem entender o que fazia – só o entendeu depois – pintou demais os olhos e demais a boca até que seu rosto branco de pó parecia uma máscara: ela estava pondo sobre si mesma alguém outro: esse alguém era fantásticamente desinibido, era vaidoso, tinha orgulho de si mesmo. Esse alguém era exatamente o que ela não era. (Lispector, 1998, p. 84)

Esse outro é a máscara social que cobre suas feições e que a torna irreconhecível, mas é, também, Ulisses que guia sua aprendizagem do «sentido da existência individual» (Nunes, 1989, p. 81) para que Lóri seja preparada para uma completa união corporal. Como foi assinalado por alguns estudiosos, entre os quais Benedito Nunes e Vilma Arêas, o papel de Ulisses na narração parece de certa forma confirmar a superioridade da personagem masculina em relação àquela feminina, todavia, no romance se realiza também uma inversão desses papéis que estabelece um equilíbrio, neutralizando as diferenças entre os dois. Através do olhar de Ulisses, que não objetifica a mulher, e do encontro amoroso e físico, Lóri (des)apreende, efetivamente, a ser mulher segundo as expectativas dos outros tornando-se livre através dos prazeres do corpo; antes de amar Ulisses, ela apreende, de facto, a amar a si mesma, como revela este belíssimo e significativo trecho:

Aí estava o mar, a mais ininteligível das existências não-humanas. E ali estava a mulher, de pé, o mais ininteligível dos seres vivos. Como o ser humano fizera um dia uma pergunta sobre si mesmo, tornara-se o mais ininteligível dos seres onde circulava sangue. Ela e o mar. Só poderia haver um encontro de seus mistérios se um se entregasse ao outro: a entrega de dois mundos incognoscíveis feita com a confiança com que se entregariam duas compreensões.

Lóri olhava o mar, era o que podia fazer. Ele só lhe era delimitado pela linha do horizonte, isto é, pela sua incapacidade humana de ver a curvatura da Terra.

[...] Seu corpo se consola de sua própria exiguidade em relação à vastidão do mar porque é a exiguidade do corpo que o permite tornar-se quente e delimitado, e o que a tornava pobre e livre gente, com sua parte de liberdade de cão nas areias. Esse corpo entrará no ilimitado frio que sem raiva ruge no silêncio da madrugada.

A mulher não está sabendo: mas está cumprindo uma coragem. Com a praia vazia nessa hora, ela não tem o exemplo de outros humanos que



transformam a entrada no mar em simples jogo leviano de viver. Lóri está sozinha. O mar salgado não é sozinho porque é salgado e grande, e isso é uma realização da Natureza. A coragem de Lóri é a de, não se conhecendo, no entanto prosseguir, e agir sem se conhecer exige coragem. (Lispector, 1998, pp. 78-79)

O encontro entre duas naturezas diferentes anula, portanto, qualquer oposição, revelando numa «realização da Natureza» a ancestral união entre todos os entes e um profundo conhecimento de si mesma.

Curiosamente, esta passagem foi publicada, em momentos diferentes, também no *Jornal do Brasil*: a primeira, em 1968, com o título *Ritual – trecho* e, sucessivamente, em 1973, com o título *As águas do mar*; não sendo propriamente uma crônica, este texto parece emblemático daquele procedimento de “subversão de gêneros” que permeia a escrita clariceana, entrelaçando literatura e jornalismo, vida e página escrita, pois, Clarice, ao tentar atingir o âmago dos sentimentos humanos «os inscreve na própria forma que procura testemunhá-los. Ela “performa”, como se diz; ela efetua em sua forma isso de que ela trata» (Prado Jr., 1989, p. 21), desenvolvendo uma profunda reflexão que desmancha qualquer saber codificado.

É, portanto, no sentido da labilidade de gênero na escrita de Clarice Lispector que se focou a presente análise da reflexão da escritora em relação à questão feminina. Um assunto vasto e complexo que oferece muitas perspectivas a ser aprofundadas em outros estudos porque “ser mulher” segundo Clarice Lispector foi um processo em constante construção e que se renova a cada leitura de seus textos ficando, porém, indefinível, tal como sua obra: um «segredo ignorado por todos e até pelo espelho: mulher» (Lispector, 1999, p. 154).

Referências

- Arêas, V. (2005). *Clarice Lispector com a ponta dos dedos*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Bourdieu, P. (2012). *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Buitoni, D. Schroeder. (1990). *A imprensa feminina*. São Paulo: Ática
- Butler, J. (1993). *Bodies That Matter. On the Discursive Limits of “Sex”*. New York & London: Routledge
- Butler, J. (2003). *Problemas de Gênero*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.



- Friedan, B. (1971). *Mística Feminina*. Rio de Janeiro: Editora Vozes Limitada
- Gotlib, N. Battella (2013). *Clarice: uma vida que se conta*. São Paulo: Edusp.
- Helena, L. (2010). *Nem musa, nem medusa: itinerários da escrita em Clarice Lispector*. Niterói: EdUFF.
- Irigaray, L. (2010). *Speculum. Dell'altro in quanto donna*. Milano: Feltrinelli.
- Lispector, C. (1998). *Uma aprendizagem ou O livro dos prazeres*. Rio de Janeiro: Rocco
- Lispector, C. (1999). *A descoberta do mundo*. Rio de Janeiro: Rocco
- Lispector, C (2006). *Correio feminino*. A. M. Nunes (Ed.). Rio de Janeiro: Rocco.
- Lispector, C. (2008). *Só para mulheres: conselhos, receitas e segredos*. A. M. Nunes (Ed.). Rio de Janeiro: Rocco.
- Lispector, C. (2012). *Deve a mulher trabalhar?*. In A. M. Nunes (Ed.), *Clarice na cabeceira: jornalismo* (pp. 71-74). Rio de Janeiro: Rocco.
- Nunes, A. M. (2006). *Clarice Lispector Jornalista: Páginas femininas & Outras Páginas*. São Paulo: senac.
- Nunes, A. M. (2019). O jornalismo feminino de Clarice Lispector: em busca do inesperado e da desordem. *Journal of Lusophone Studies*. 4 (2): Special dossier on Clarice Lispector's Journalism, pp. 15-36. (<https://jls.apsa.us/index.php/jls/article/view/333/354>)
- Nunes, B. (1989). *O drama da linguagem: uma leitura de Clarice Lispector*. São Paulo: Editora Ática.
- Nunes, B. (2009). *O dorso do tigre*. São Paulo: Editora 34.
- Prado Jr., P. W. (maio 1989), O impronunciável. Notas sobre um fracasso sublime. In V. Arêas & B. Waldman (eds.). *Remate de Males*. 9, pp. 21-29. Campinas/SP & UNICAMP/Instituto de Estudos de Linguagem. (<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/remate/article/view/8636558>)